



De onde surgem os movimentos?
De onde vêm nossas lutas?
Como as pessoas se unem em um ideal?

Talvez as respostas para essas perguntas pareçam difíceis de responder. Assim como em um jardim, é difícil de ver as sementes na terra, mas quando essas se tornam flores é impossível não notar a sua beleza.

Para falar de lutas e flores é preciso voltar no tempo.

Em 2025 as pessoas que constroem o serviço público de Curitiba mudaram de comportamento, após um longo período, pararam CMEIs, assembleias transbordaram, fizeram um movimento de Estado de Greve e conseguiram pressionar a prefeitura por uma valorização salarial mais justa. Para alguns olhos desatentos, não teve nada novo. Mas foi um sinal, a semente germinou.

Alguns meses depois, já em 2026, os brotos surgiram. A mobilização aumentou, as bases de SISMUC e SISMMAC se uniram e, em apenas um dia de greve, romperam meses de negativas. Conquistaram crescimento na carreira e alimentação para quem mais precisa. Agora ficou difícil de não ver, milhares de pessoas na rua. Pessoas que passam seus dias educando crianças no CMEIs e escolas municipais, curando a população nas unidades de saúde e UPAs, cuidam nos CRAs e CREAs, na fiscalização, nos parques e em todos os espaços onde a política pública da prefeitura é aplicada.

São essas pessoas, como abelhas, operárias, muitas, que se movem de forma coletiva, que produzem, cuidam da colméia. E além disso tem o poder de gerar impacto de uma forma diferente. Elas espalham o pólen, a mensagem de renovação viva, fazem florir pelos jardins as novas lutas.

No jardim ou no sindicato, tudo que floresce depende das raízes, são elas as histórias e trajetórias de luta do SISMUC. Dão sustentação e transporte a seiva que nutre os novos botões. Sem raízes, sem flores. Porém, sem novas flores, que sentido tem as antigas raízes?

Fazer brotar novos movimentos é manter vivo o SISMUC. E já brotou, a nova semente da luta no serviço público municipal de Curitiba. As abelhas, mensageiras de novos ideais, se reúnem para polinizar.

Municipais rumo à primavera.





Regimento interno do 14º Congresso do SISMUC

Art. 1º - No 14º Congresso do SISMUC participarão congressistas, delegados(as) e convidados(as), na forma do Regulamento do Congresso, credenciados até às 13 horas, do dia 30 de maio de 2026.

Art. 2º - Os(as) suplentes serão credenciados(as) em substituição aos delegados(as) efetivos(as) conforme ordem definida (constante em ata na ocasião das eleições).

Art. 3º - São congressistas delegado(as): servidores(as) eleitos(as) nas reuniões nos locais de trabalho, Assembleia Geral do dia 13 de maio de 2026, na reunião do Coletivo dos Aposentados realizada no dia 15 de abril de 2026 e membros da Direção Executiva Colegiada e integrantes da Comissão Organizadora, conforme o Regulamento do 14º Congresso.

Art. 4º - São convidados(as) pela Direção e Comissão Organizadora: as assessorias do SISMUC, entidades do movimento sindical e social, membros da Academia e Instituições que, de forma direta ou indiretamente, contribuam na organização e unidade da classe trabalhadora, devidamente credenciados e identificados com crachá.

Art. 5º - Os trabalhos do 14º Congresso serão realizados na forma de plenárias, grupos e assembleia.

Art. 6º - As plenárias terão uma mesa coordenadora composta de um(a) coordenador(a) e até dois(duas) secretários(as), indicada pela Comissão Organizadora.

Art. 7º - Aos(às) coordenadores(as) das mesas cabe a condução das sessões plenárias, cumprir e fazer cumprir o regulamento do 14º Congresso e este regimento.

Art. 8º - Os trabalhos de grupo serão orientados pelas teses inscritas, conforme artigo 13º do regulamento do 14º Congresso.

§ 1º - As teses poderão receber emendas, devidamente registradas e aprovadas no grupo de trabalho.

§ 2º - As teses serão disponibilizadas em forma digital e impressa nos grupos.

§ 3º - As emendas com índices de aprovação igual ou superior a 35% (trinta e cinco por cento) do grupo serão consideradas aprovadas e as mesmas deverão ser entregues



devidamente registradas em formulário próprio à mesa de trabalho e serão levadas à plenária final.

§ 4º - As emendas que tiverem aprovação em mais de 50% (cinquenta por cento) dos grupos de trabalho, serão referendadas em bloco na plenária final, sem a necessidade de leitura individual.

§ 5º - Não será objeto de debate, nos grupos de trabalho, os textos de Análise de Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Conjuntura Estadual e Conjuntura Municipal, da Tese inscrita, por se tratar de temas debatidos e acolhidos na Plenária Inicial de Análise da Conjuntura.

§ 6º - As emendas aprovadas deverão ser digitadas pelo/a relator/a indicado/a pela Comissão Organizadora, que terá a responsabilidade junto a coordenação do grupo, pela entrega do relatório final do grupo de trabalho à coordenação de sistematização.

Art. 9º - Após a instalação dos grupos de trabalho, seus membros elegerão um(a) coordenador(a) e dois relatores(as) sendo estes, um eleito pelo grupo e um indicado pela comissão organizadora que comporão a mesa dos trabalhos de grupo.

§ 1º - A assinatura na lista de presença, no início e no término dos grupos de trabalho, se faz obrigatória. O certificado de participação, para utilização em procedimentos de crescimento de carreira, será entregue mediante a confirmação de presença da(o) delegada(o).

Os certificados serão entregues pessoalmente nos locais de trabalho.

Art. 10 - A coordenação de sistematização receberá as emendas durante o trabalho dos grupos e imediatamente ao término do trabalho de cada grupo, sendo no dia 30 (sábado), até às 12h30 grupos da manhã e tarde até 17h30.

Art. 11 - Os trabalhos em plenária da manhã do dia 31 de maio serão baseados no caderno de emendas, que conterà as propostas aprovadas nos grupos, por pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) dos participantes do grupo.

§ 1º - Na leitura do Caderno de Emendas, às propostas que não receberem destaque, serão consideradas aprovadas pela plenária;

§ 2º - As emendas destacadas pela plenária serão submetidas ao regime de votação, nas condições dos artigos 13 e 14 deste regimento.

Art. 12 - O tempo de intervenção nas plenárias e nos grupos será de dois minutos, prorrogáveis por mais um minuto.





Art. 13 - As intervenções nas plenárias e nos grupos, para defesa de emendas apresentadas serão defendidas por um/uma delegado ou delegada contra e um/uma a favor, sendo garantidas pela mesa coordenadora, no tempo de dois minutos três minutos para cada lado, cabendo à plenária responder se está esclarecida para votação que será então conduzida pela mesa.

Art. 14 - As votações na plenária final se darão da seguinte forma:

- a) Cada delegado(a) terá direito a um voto;
- b) As votações serão feitas mediante o levantamento do crachá (vermelho) dos(as) delegados(as);
- c) A aprovação das propostas será por maioria simples e por contraste;
- d) Em caso de dúvidas, a mesa fará nova votação. Se a dúvida persistir, a mesa procederá à contagem dos votos;
- e) Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação.

Art. 15 - As moções deverão ser entregues até às 8h30hs do dia 31 de maio de 2026 para a Coordenação de Sistematização.

Parágrafo único - As moções deverão conter no mínimo 35% de assinaturas dos(das) delegados(as) presentes no 14º Congresso para poder ser referendada na Plenária Geral.

Art. 16 - Os casos omissos a este Regimento, em última instância, serão resolvidos pela Comissão Organizadora e pela plenária.



TESE GUIA

**“GESTÃO SISMUC SOMOS
NÓS - SINDICATO PRA
VALER”**



Conjuntura Internacional

1. O sistema internacional, gestado no pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido e rotulado por muitos como globalização, período que, segundo Fukuyama, representaria o “fim da história” (1992), passou a ser colocado em xeque na última década com a ascensão da extrema direita e do fascismo, cada qual com suas particularidades em diferentes regiões do mundo. Segundo a tese de Fukuyama, a derrota do fascismo e o declínio do socialismo apresentariam o liberalismo como a única corrente viável para a organização político-econômica das sociedades. Seria o fim da disputa ideológica entre liberalismo, fascismo e comunismo. O liberalismo e a democracia liberal passariam a ser o destino norteador da humanidade e teriam a economia de mercado como base de organização do sistema mundial.
2. Da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao pós-crise do petróleo (1974), do Consenso de Washington (1989) à derrocada da União Soviética (1991), o neoliberalismo foi, paulatinamente, implementado como modelo hegemônico nas economias mundiais. Com a hegemonia do imperialismo, houve a ampliação da financeirização do capital e a transição das economias industriais para economias de serviços. Esse processo levou à brutal concentração de renda, à precarização do mundo do trabalho e à consolidação de economias dependentes, com o desmonte das plantas industriais, transferidas cada vez mais para o Oriente.
3. Surge, também, uma racionalidade neoliberal que, além de governar a forma de organização do capital, passa a organizar a vida das pessoas. O self-made man americano (sucesso é fruto do seu próprio esforço), assim como o american way of life (jeito de viver americano), tornou-se o ideal para a vida do trabalho e para as relações humanas.
4. A extrema direita cresce porque se alimenta dos resultados do neoliberalismo: crise econômica constante, financeirização, desindustrialização, incapacidade de



inovação e de produção real, alto custo de vida e ampliação da esfera privada sobre os serviços públicos, por meio de privatizações e terceirizações, jogando milhões de pessoas na informalidade e tantas outras em empregos que, mesmo formais, não atendem às necessidades reais da maioria da população.

5. O desenvolvimento das forças produtivas, com a economia de plataformas, contribuiu para o aceleramento da deterioração das democracias liberais, por meio da criação e colonização da internet pelas Big Techs, que passaram a intermediar cada vez mais as cadeias produtivas, forçando novos arranjos institucionais e rompendo com as formas tradicionais de organização das economias, do Estado capitalista, das cadeias produtivas, do trabalho e também dos modos de comunicação e de interação entre comunidades e sociedades.
6. A ascensão de Donald Trump, ou mesmo, anteriormente, o episódio do Brexit no Reino Unido, assim como o crescimento de forças extremistas com tendências de radicalização política à direita ao redor do mundo, potencializados pelas redes digitais e pelos interesses das Big Techs, demonstram que essa radicalização aglutina inconformados, reacionários, nostálgicos de uma “era dourada” que nunca existiu, conservadores de valores tensionados pela mundialização e também aqueles que buscam uma saída para a falta de condições dignas de sobrevivência e para o descontentamento provocado tanto pelo trabalho precarizado, ainda que formalizado e com garantias legais, quanto pelo trabalho informal.
7. Isso explica o surgimento de fenômenos políticos considerados outsiders, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil. A recente eleição e posse de Donald Trump para um segundo mandato pelo Partido Republicano demonstra os descontentamentos com a atual agenda política e social nos Estados Unidos, mais do que propriamente econômica. Ao mesmo tempo, coloca em xeque a globalização diante do crescimento econômico da China e de seu modelo político-econômico baseado no controle estatal, desenvolvido a partir do deslocamento de plantas industriais para o seu território, o que possibilitou uma acelerada expansão das forças produtivas e financeiras. Sob domínio estatal, constituiu-se, assim, um sofisticado, inovador e eficiente sistema econômico, que muitos passaram a denominar como “socialismo de características chinesas”. Nesse contexto, Trump ameaça romper com o sistema internacional e com o modelo de mercado global porque os Estados Unidos já não conseguem competir, nos mesmos termos, com a China, buscando, portanto, alterar a lógica geopolítica mundial e modificar as regras do jogo estabelecidas pela atual ordem internacional.



8. No plano internacional e nacional, o capitalismo atravessa transformações profundas.
9. A financeirização da economia deslocou o eixo da acumulação para o capital especulativo. A chamada uberização do trabalho fragmentou vínculos formais e ampliou a precarização. Já a automação e as plataformas digitais reorganizaram o trabalho, a circulação da informação e as relações sociais.
10. As grandes empresas de tecnologia (Big Techs) passaram a controlar dados, fluxos de comunicação e parte significativa da economia, ampliando o poder político das grandes corporações e reduzindo a capacidade regulatória dos Estados nacionais.
11. Esse cenário também favoreceu o crescimento global de forças autoritárias e de extrema-direita, que combinam radicalização neoliberal com discursos nacionalistas, racistas e misóginos.
12. O capitalismo em crise gera um novo cenário na geopolítica mundial, representando uma ameaça real à democracia e aos direitos dos trabalhadores. Políticas anti-imigração, partidos nacionalistas e autoritarismo são características deste fenômeno. O maior exemplo recente desta política neofascista é o massacre — classificado como genocídio — do Estado de Israel na Faixa de Gaza. Seja através dos canhões ou da fome, milhares de palestinos foram assassinados. Gaza é somente escombros. Mais de 90% das residências foram destruídas.
13. O avanço da extrema direita ocorre também no continente europeu, em países como Itália, Inglaterra, Alemanha, Polônia, Noruega, Áustria, Holanda, entre outros. O mesmo ocorre nos demais continentes, como a Argentina, Bolívia, Equador e também no Brasil, com a polarização ferrenha, a partir do surgimento do fenômeno Bolsonaro, em 2018.
14. Como se não bastasse, vivemos uma situação de emergência climática sem precedentes, mas anunciada, recordes de emissões de gases de efeito estufa, recordes de temperatura, secas e enchentes cada vez mais violentas, resultado deste sistema perverso, que coloca o lucro acima da vida.
15. Trump iniciou este seu segundo governo de forma muito ofensiva, tanto na política interna, combatendo de forma criminosa os imigrantes, como nas relações internacionais, ameaçando, sobretaxando as importações e colocando seus



tentáculos bélicos em várias frentes. Mas a polarização política cresce nos EUA. O aumento do custo de vida, as perseguições a imigrantes e a instabilidade social são fatores que têm causado um desgaste considerável na imagem de Trump. A recente vitória nas eleições municipais de Nova Iorque de um candidato de esquerda, que tinha como lema de campanha "Nova York continuará sendo uma cidade de imigrantes", demonstra que há muita resistência.

16. Também são potentes as mobilizações das mulheres, juventude, negras e negros e LGBTQIA+ em defesa do meio ambiente e dos povos originários. Em todos os cantos, a reação tem sido firme, embora ainda muito mediada pelas disputas eleitorais. Diante da conjuntura marcada pelo avanço da extrema direita, mas também pela resistência da nossa classe, segue na ordem do dia a necessidade de reafirmar a unidade dos lutadores para enfrentar nas ruas o fascismo, o discurso de ódio e a intolerância. Fortalecer as conexões com as lutas internacionais contra o imperialismo, por liberdades democráticas, em defesa dos direitos da classe trabalhadora e pela autodeterminação dos povos. Aprofundar o internacionalismo e a solidariedade ativa, de modo que cada mobilização, dentro ou fora do país, se transforme numa trincheira de luta anticapitalista.

Conjuntura Nacional

17. O ponto de inflexão da atual conjuntura brasileira permanece sendo o golpe institucional de 2016, que destituiu o governo da presidenta Dilma Rousseff e representou uma derrota estratégica para o campo popular.
18. A partir daquele momento consolidou-se uma profunda reconfiguração neoliberal do Estado brasileiro, expressa em medidas estruturais: reforma trabalhista, reforma previdenciária, autonomia do Banco Central, privatizações estratégicas, teto de gastos e expansão do poder do Congresso sobre o orçamento público por meio do orçamento impositivo.
19. Essas medidas reorganizaram o Estado em favor do capital financeiro e aprofundaram a dependência econômica e política do país.
20. No Brasil, o neoliberalismo e a extrema direita se articularam politicamente ao longo da última década. Essa combinação produziu forte deterioração social, aumento da pobreza e da desigualdade, além da disseminação de discursos de ódio, racismo, misoginia e violência política.



21. A extrema direita buscou se consolidar como expressão política do descontentamento social, apropriando-se de sentimentos antissistema enquanto defendia um projeto profundamente subordinado ao capital financeiro e ao imperialismo.
22. Em 2022, a eleição de Lula e do PT representou uma vitória fundamental da resistência democrática e popular. Ela impediu a consolidação autoritária da extrema direita e abriu espaço para a reconstrução de políticas públicas e direitos sociais.
23. O retorno da esquerda ao governo ocorre em uma correlação de forças desfavorável, marcada por forte reconfiguração das relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com o Congresso Nacional, além da fragmentação social e enfraquecimento das organizações populares e sindicais.
24. Apesar do cenário desfavorável, destacam-se os avanços significativos na reconstrução de políticas sociais, como o trabalho para retirar o Brasil do Mapa da Fome, por meio da retomada do Bolsa-Família, o aumento do salário-mínimo, o fomento à agricultura-familiar e outras dezenas de ações intersetoriais do governo federal.
25. Outro destaque é o avanço nas discussões que envolvem a Reforma Tributária, que busca reduzir a complexidade e deixar o sistema mais eficiente. Além de reorganizar o sistema tributário brasileiro, tornando o pagamento dos impostos transparente para a população e permitindo que as empresas aumentem sua produtividade, neste ano, foi aprovada a isenção do Imposto de Renda para trabalhadoras e trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil, além da redução para determinado teto salarial, com a compensação para as grandes fortunas.
26. Com uma condução econômica estratégica, o período registrou a menor taxa de desemprego em anos, devolvendo dignidade a milhões de brasileiros, enquanto o envio do projeto pelo fim da escala 6x1 sinalizou um compromisso real com o bem-estar social.

A disputa política em 2026

27. Nesse contexto, as eleições de 2026 assumem caráter decisivo. Já começa a se desenhar com a apresentação de diferentes pré-candidaturas. Entre os nomes colocados até o momento estão Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio Bolsonaro



(PL), além de nomes como Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (NOVO), Ciro Gomes (PSDB), Renan Santos (MISSÃO), Augusto Cury (AVANTE), Aldo Rebelo (DC), Cabo Daciolo (MOBILIZA), Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU), Rui Pimenta (PCO) e Samara Martins (UP). Parte dessas candidaturas, especialmente os setores ligados à direita e à extrema direita, já anuncia propostas que representam novos ataques à classe trabalhadora, como uma nova reforma da Previdência e da legislação trabalhista, a aprovação da reforma administrativa e o aprofundamento do desmonte do serviço público. Também aparecem medidas de redução de políticas públicas e de restrição a programas sociais, reforçando um projeto de Estado mínimo, privatizações e retirada de direitos históricos da população trabalhadora.

28. Com isso, tudo indica que será uma disputa marcada por forte intervenção do capital financeiro, atuação das big techs e tentativas de desestabilização política e informacional. O objetivo dessas forças é derrotar o governo Lula, limitar o avanço da esquerda e preservar a hegemonia neoliberal.
29. A reeleição de Lula depende da construção de uma campanha politizada e mobilizadora, que evidencie as diferenças entre os projetos em disputa.
30. A comparação entre o Brasil destruído herdado do período anterior — marcado por fome, desmonte do Estado e mortes evitáveis na pandemia — e os avanços recentes devem estar associadas à apresentação de um programa de transformações estruturais.

Para enfrentar os limites da atual conjuntura, a esquerda precisa recolocar no centro do debate um programa de reformas democráticas e populares. Entre elas, destacam-se:

- democratização do sistema político e ampliação da participação popular;
- reconstrução da soberania econômica e política do Estado;
- controle democrático sobre instituições autônomas e sobre o sistema financeiro;
- regulação das plataformas digitais e afirmação da soberania digital;
- reforma agrária e democratização da terra;
- reforma urbana e direito à cidade;
- reforma sindical e fortalecimento da organização dos trabalhadores;
- reforma tributária progressiva, com taxação dos super-ricos.



31. Essas transformações precisam ser atravessadas por políticas estruturais de igualdade de gênero e racial, considerando que a classe trabalhadora brasileira é majoritariamente feminina, negra e periférica.
32. A defesa da democracia exige não apenas a preservação das instituições existentes, mas sua radicalização, ampliando mecanismos de participação direta e controle social sobre o Estado.
33. Também exige a defesa da soberania nacional, diante de um cenário internacional marcado por disputas geopolíticas e intervenções imperialistas.
34. Ao mesmo tempo, a crise ambiental global impõe a necessidade de uma transição ecológica que enfrente a lógica predatória do capitalismo e preserve os ecossistemas.
35. A disputa eleitoral de 2026 é um momento decisivo, mas não esgota os desafios históricos colocados à esquerda brasileira. A reconstrução da organização popular, a renovação da militância e a formulação de um projeto estratégico de transformação social permanecem tarefas centrais.
36. A escolha de senadores nas eleições deste ano é decisiva para o futuro do serviço público, uma vez que o Senado Federal detém o poder de veto ou aprovação sobre reformas estruturais e orçamentárias. A decisão por candidatos que tenham como propostas que as políticas públicas não sejam preteridas em favor de interesses conjunturais.
37. Mais do que vencer eleições, trata-se de reorganizar forças sociais e políticas capazes de enfrentar o neoliberalismo, derrotar a extrema-direita e abrir caminho para uma transformação profunda da sociedade brasileira.

Aprofundamento da Conjuntura Nacional

38. No Brasil, mesmo com a vitória eleitoral, a polarização política com a extrema direita não arrefeceu. Enganam-se aqueles que acham que a condenação de Bolsonaro e dos golpistas mudou a correlação de forças a favor da classe trabalhadora. No entanto, os julgamentos de Bolsonaro e seus generais foram, de forma inédita, fundamentais para redimir um pouco o Brasil de seu passado de impunidade. Que os condenados cumpram suas penas. Generais na cadeia têm um simbolismo muito importante. Tortura Nunca Mais! Sem anistia!



- 39.** O governo Lula tenta se equilibrar entre as políticas sociais e a "estabilidade econômica" exigida pelo mercado. O arcabouço fiscal, para cumprir as metas fiscais, limita na essência os investimentos nas áreas sociais. Busca conciliar a política da distribuição de renda, diminuição do desemprego e ampliação de direitos com a realidade dos juros altos e da ampliação das emendas parlamentares que dão ainda mais poder à maioria do Congresso reacionário e antipovo.
- 40.** É preciso destacar que grande parte da esquerda e dos movimentos sociais permanece na linha do enfrentamento à extrema direita, o que segue sendo uma necessidade concreta. Não se pode permitir a perda das liberdades democráticas conquistadas até aqui. Por isso, seguir construindo unidade de ação com todos os setores dispostos a lutar é fundamental.
- 41.** Mesmo na COP30, enquanto líderes mundiais se reúnem para debates prolongados e poucas soluções objetivas diante da grave crise ambiental enfrentada pelo planeta, importantes mobilizações ocorreram em Belém, como a Marcha Global Indígena, que reuniu povos originários para exigir demarcação de terras, fim da exploração de combustíveis fósseis e combate à mineração em áreas de preservação.
- 42.** No entanto, as lutas ainda são insuficientes e precisam ir além dos períodos eleitorais. Os recentes atos contra a "PEC da Blindagem" demonstraram que existe disposição, por parte dos movimentos sociais e de setores da classe trabalhadora com consciência de classe, para construir o enfrentamento nas ruas. Por isso, é fundamental que movimentos, sindicatos e organizações da classe cumpram seu papel. Não é possível depositar todas as expectativas no processo eleitoral; é necessário mobilizar a classe trabalhadora.

Conjuntura Estadual

- 43.** No Paraná, o vazio político deixado por Beto Richa, após a sua ofensiva aos serviços públicos, no início do seu segundo mandato, abriu caminho para a liderança de Ratinho Jr. que, metodicamente, foi ampliando sua força política. Disputando vagas para o legislativo nacional e estadual, ao mesmo tempo em que forças políticas disputando os mais diferentes interesses se aglutinavam junto a ele, e utilizando de um forte aparato midiático, com uma rede de tv estadual mais de uma centena de rádios pelo interior paranaense, conseguiu eleger-se governador.



- 44.** Ratinho opera um programa ultra-liberal de uma forma mais eficiente que seu antecessor. Ele reuniu em torno de si e de seu projeto, não só os interesses de uma maioria tradicional à direita da sociedade paranaense, como também, do bolsonarismo. Ratinho é um operador local da agenda neoliberal, do financismo e sobretudo da ampliação da esfera privada sobre a estrutura e orçamento público. Com pretexto de inovação e modernização, entrega tudo o que é possível aos grupos empresariais, como fez com a Celepar, a Copel e até mesmo com a gestão das escolas públicas a partir da terceirização de professores e funcionários. Com isso, aumentou a precarização do trabalho e dos serviços públicos.
- 45.** O atual governador do Paraná tentou alçar voos para se inserir no quadro nacional e disputar a presidência da república em um cenário de fragmentação do campo da direita, da inelegibilidade e prisão de Jair Bolsonaro.
- 46.** Nesse contexto, torna-se fundamental denunciar os impactos da política de privatizações e desmonte do patrimônio público conduzida pelo governo de Ratinho Junior. A venda da Copel representou a entrega de um patrimônio estratégico do povo paranaense à iniciativa privada, comprometendo a soberania energética e subordinando um serviço essencial à lógica do lucro. Ao mesmo tempo, os problemas e denúncias envolvendo a gestão do Porto de Paranaguá evidenciam contradições de um modelo que privilegia interesses econômicos e empresariais em detrimento do interesse público. Soma-se a isso o aprofundamento do desmonte da educação pública no Paraná, marcado pela precarização das condições de trabalho, ataques à comunidade escolar, terceirizações e pela transferência crescente da gestão educacional para setores privados. Trata-se de um projeto político que enfraquece o papel do Estado, amplia desigualdades e compromete direitos sociais fundamentais da população paranaense.
- 47.** É necessário, diante deste cenário não muito favorável, apresentar um programa que denuncie de forma firme e consistente a política neoliberal de Ratinho Jr., expondo à sociedade paranaense as ações políticas que tem gerado a privatização dos serviços públicos, favorecido grupos empresariais ligados ao agronegócio e as indústrias e a falta de uma política social no Paraná. O orquestramento destas políticas têm gerado bons indicadores econômicos para o Paraná, mas escondem o aumento das desigualdades, uma vez que os mais pobres são mais afetados por essas ações. É importante fazer do Paraná um estado que tenha uma gestão pública voltada às características do serviço público, inclusive com valorização dos servidores públicos, e investimentos em políticas sociais, como, por exemplo, a educação e a saúde públicas.



Conjuntura Municipal

- 48.** Em Curitiba, os efeitos desse modelo ultraliberal estadual e nacional se expressam de maneira concreta e cruel no cotidiano da classe trabalhadora. A gestão municipal, alinhada ao projeto de Ratinho Jr. e ao bolsonarismo, tem aprofundado a lógica da parceria público-privada como solução para todas as demandas sociais, esvaziando o papel do Estado e precarizando os serviços essenciais. O discurso da inovação e modernização serve de pretexto para entregar o que é possível aos grupos empresariais, sob a mesma racionalidade neoliberal que governa a vida das pessoas e organiza o capital.
- 49.** Na educação, observamos o avanço da terceirização e da gestão empresarial das escolas, com professores e funcionários submetidos a vínculos precários, salários defasados e falta de concurso público. A merenda escolar, o transporte e até a manutenção das unidades vêm sendo progressivamente entregues ao setor privado, sem controle social efetivo. A reforma do ensino médio de cunho empresarial e neoliberal, iniciada em nível federal e produzida localmente, aprofunda o desmonte da educação pública como direito e a transforma em mercadoria.
- 50.** Na saúde, a fila por vagas em UPAs e hospitais municipais só aumenta, enquanto a prefeitura investe em convênios com hospitais privados e organizações sociais sem transparência. A atenção básica sofre com desmonte de equipes e falta de insumos. O Programa Mais Especialidades, anunciado pelo governo federal, ainda esbarra na falta de contrapartida e articulação municipal efetiva, enquanto a gestão local prioriza subsídios ao setor privado em detrimento da ampliação da rede pública.
- 51.** No transporte coletivo, Curitiba vive uma crise permanente: passagem cara, frota sucateada, itinerários reduzidos e nenhum controle popular sobre as concessionárias. A tarifa zero, defendida por movimentos sociais, é tratada como utopia, enquanto subsídios públicos são direcionados às empresas de ônibus sem contrapartidas claras. A política de mobilidade urbana, ao invés de ser tratada como direito social, é refém do modelo de concessões que privilegia o lucro privado em detrimento do usuário.
- 52.** Na assistência social e nos direitos humanos, a gestão municipal tem sido omissa diante do crescimento da população em situação de rua, da violência contra a mulher e da falta de políticas efetivas para juventude periférica e população negra. Os conselhos participativos foram esvaziados, e o orçamento participativo, quando existe, é meramente consultivo. A lógica do orçamento impositivo e das emendas



parlamentares, criticada no âmbito nacional como um mecanismo de corrupção e captura do Estado por interesses privados, reproduz-se em escala municipal com a destinação discricionária de recursos sem planejamento ou controle social.

- 53.** A extrema direita local, articulada com o bolsonarismo e com o grupo de Ratinho, ampliou seu espaço na Câmara Municipal para impetrar projetos de privatização e precarização de políticas. A grande maioria dos parlamentares eleitos em 2024 tem como objetivo aumentar sua força no ambiente digital, em detrimento do debate técnico e produtivo de propostas. Em vez de analisar proposições que beneficiariam os serviços públicos da cidade, focam em produzir conteúdos para as suas redes sociais, com pautas vazias.
- 54.** A eleição de uma bancada municipal comprometida com o programa democrático-popular é tão importante quanto a vitória nacional.
- 55.** Em Curitiba, as reformas apontadas nacionalmente ganham contornos específicos: orçamento participativo efetivo e deliberativo (não apenas consultivo), controle social sobre todas as PPPs e contratos de concessão, revisão e cancelamento daquelas que precarizam serviços essenciais, criação de um fundo municipal de desenvolvimento não subordinado à lógica dos juros, tarifa zero no transporte público, desapropriação de imóveis cumprindo função social, regularização fundiária de ocupações populares, defesa intransigente do concurso público e do serviço público de qualidade como contraponto à barbárie neoliberal que quer transformar tudo em negócio, e tributação progressiva sobre grandes patrimônios, serviços digitais e imóveis ociosos.
- 56.** Não há saída para a crise da sociedade do trabalho sem uma perspectiva feminista e antirracista que integre as reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores não brancos à luta histórica pelos direitos do trabalho em todas as suas dimensões. O conceito unitário de classe trabalhadora - que integra campo e cidade, formal e informal, mulheres e negros - é feminista e antirracista ou não será.
- 57.** Em Curitiba, a transição ecológica significa políticas municipais de mobilidade sustentável, arborização, gestão de resíduos, proteção de mananciais e agroecologia urbana.
- 58.** A disputa eleitoral de 2026 é um momento decisivo, mas não esgota os desafios históricos colocados à esquerda curitibana. A reconstrução da organização popular, a renovação da militância e a formulação de um projeto estratégico de



transformação social permanecem tarefas centrais. Mais do que vencer eleições, trata-se de reorganizar forças sociais e políticas capazes de enfrentar o neoliberalismo, derrotar a extrema direita e abrir caminho para uma transformação profunda da sociedade brasileira - começando pelas ruas, escolas, postos de saúde, terminais de ônibus e ocupações de Curitiba.

- 59.** A consolidação da vitória sobre a extrema direita neoliberal exige uma vitória eleitoral expressiva, uma alteração da correlação de forças no legislativo e, principalmente, um novo protagonismo político e de mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. É essa tripla dimensão que precisamos construir em Curitiba. O caminho não é a conciliação com o neoliberalismo, mas o confronto aberto e didático com ele. O caminho é à esquerda, com democracia popular e socialismo.

Organização Movimento Sindical

- 60.** Diante de um cenário político de sucessivos ataques aos direitos da classe trabalhadora e dos servidores públicos, torna-se necessária a construção de um sindicalismo combativo, articulado e comprometido com a defesa do serviço público. A atuação no âmbito das políticas sindicais e relações de trabalho assume papel estratégico no fortalecimento da organização coletiva e na ampliação da unidade da classe trabalhadora.
- 61.** É fundamental construir uma agenda que contemple os interesses imediatos das categorias sem abrir mão das lutas gerais dos trabalhadores, na defesa da autonomia e independência em relação aos partidos políticos, orientando-se por um sindicalismo "de base", sem burocracia e voltado à transformação social.
- 62.** As lutas exigem uma central organizada e aglutinadora das diferentes categorias. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) organiza-se por ramos de atividade, destacando-se, entre outros, os ramos financeiro, metalúrgico, químico, da educação e, na especificidade dos servidores municipais, a CONFETAM. Considera-se indispensável participar efetivamente da CONFETAM-CUT e fortalecer a organização dos servidores municipais no Paraná por meio da FESSMUC-PR, assim como ampliar a articulação sindical com a ISP Brasil, importante espaço de diálogo internacional dos servidores públicos. Exemplo disso foi o papel dessas entidades no bloqueio da Reforma Administrativa do governo Jair Bolsonaro, na luta pelo piso da enfermagem, pela ampliação da faixa de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e pela redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.



- 63.** Cabe às instâncias de articulação sindical representar o sindicato nos fóruns, garantindo sua presença nos debates estratégicos e contribuindo para a troca de experiências, a solidariedade e a construção de estratégias coletivas de resistência. Entre suas responsabilidades estão a democratização das relações de trabalho, a ampliação da participação e o fortalecimento do sindicato como instrumento de luta. Outro eixo fundamental é a organização das relações sindicais externas, com planos de ação que ampliem a participação em mobilizações, campanhas, atividades formativas e ações de solidariedade.
- 64.** Diante dos desafios, não se pode cometer o erro do isolamento político e sindical em nome de divergências artificiais. A Central Única dos Trabalhadores é uma central classista, autônoma e democrática, comprometida com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Sua atuação em defesa da democracia, da distribuição de renda e da valorização do trabalho, bem como sua luta pela universalização de direitos para mulheres, juventude, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e outros segmentos fundamentais para a construção da sociedade, tem garantido participação decisiva em conselhos deliberativos e fóruns de debate.
- 65.** Em ano eleitoral, é fundamental que o movimento sindical esteja atento às tentativas de retirada de direitos. As instâncias de articulação devem contribuir para a análise da conjuntura e para estratégias que fortaleçam a defesa dos servidores, dos serviços públicos e da democracia.
- 66.** Portanto, é essencial que a luta dos trabalhadores esteja articulada e fortalecida. Avançar na luta de classes e impulsionar as lutas sindicais, articular objetivos econômicos e políticos, e elevar a consciência de classe, mantendo independência em relação ao Estado. Reafirma-se o compromisso com a organização, a mobilização e a luta coletiva como caminhos para resistir aos ataques, defender direitos e avançar nas conquistas da classe trabalhadora.

GESTÃO SISMUC SOMOS NÓS

Balanço das lutas e conquistas: Jurídico e Finanças

- 67.** A gestão SISMUC Somos Nós: Sindicato pra Valer assumiu no dia 1 de junho de 2025, sendo reeleita no processo eleitoral com chapa única, o que ressalta o bom



trabalho e comprometimento da gestão SISMUC Somos Nós - Sindicato pra valer, período de 2021-2025.

- 68.** A nova gestão foi eleita com propostas construídas coletivamente, tendo como as principais reivindicações elencadas por esses trabalhadores: a continuidade da gestão, o fortalecimento das negociações e, principalmente, conquistar e preservar os direitos já adquiridos.
- 69.** O primeiro ano com a nova gestão do SISMUC foi de intenso enfrentamento. Com a categoria em mobilização constante avançamos em diversos pontos, entramos em estado de greve após a Prefeitura municipal de Curitiba se negar a pagar o valor retroativo a data-base de novembro e dezembro de 2025 e após pressão do estado de greve dos servidores representados pelo SISMUC a Prefeitura voltou atrás e pagou os valores devidos em março e abril de 2026.
- 70.** Ainda assim, os servidores permaneceram em alerta e mobilizados, e com o não cumprimento das pautas assumidas pelo prefeito Eduardo Pimentel em sua campanha, culminou em um dos maiores movimentos de greve do serviço público municipal dos últimos anos no dia 8 de abril de 2026, movimento que não se via desde o pacote de Rafael Greca, em 2017. Mantivemos o diálogo aberto com os vereadores e a câmara municipal de Curitiba, e com a gestão municipal das diversas secretarias do município sobre as pautas e demandas dos servidores
- 71.** Greve essa que trouxe avanços significativos para todas as categorias, pautas históricas como a universalização do vale-alimentação a partir de 2027; o retorno do direito ao vale para servidoras e servidores que perderam o benefício após ultrapassarem o teto em decorrência da data-base e a isenção do Imposto de Renda sobre valores retroativos do descongelamento do tempo de serviço; o compromisso da Prefeitura de concluir, até setembro de 2026, o crescimento vertical, com reflexo financeiro em folha; a ampliação em até 30% das vagas em categorias com pouca oferta, garantindo que, em até três ciclos, todas e todos possam avançar na carreira com ganho salarial; além da abertura, ainda neste ano, de edital para o crescimento horizontal.
- 72.** A mobilização da greve também garantiu o compromisso da Prefeitura de retomar, junto ao IPMC, o debate sobre o desconto de 14% nas aposentadorias. A apresentação de agenda de negociação para a reestruturação das carreiras da educação, assegurando o pagamento integral do piso nacional do magistério na tabela e a implementação dos 33% de hora-atividade. Além disso, a garantia de avanço na reestruturação da carreira das Auxiliares de Serviços Escolares, com



alteração do nível de entrada de fundamental para médio. A reposição do dia de greve às servidoras e aos servidores participantes, sem qualquer prejuízo salarial, também foi conquista da mobilização.

- 73.** A luta continua contra o confisco dos 14% das aposentadorias está presente em todos os espaços de debate com o IPMC e com a PMC para reversão do desconto injusto para aqueles que construíram essa cidade com seu trabalho.
- 74.** Após o movimento grevista, conquistamos que a Prefeitura Municipal de Curitiba realizasse a reestruturação da carreira do PEI (Professor de Educação Infantil), garantindo o pagamento do piso nacional do magistério na tabela e os 33% de hora-atividade, além da reestruturação da carreira do ASE (Auxiliar de Serviços Escolares).
- 75.** A luta contra as terceirizações permanece como pauta permanente. Com a aprovação do projeto de lei de criação da PARS S.A. e da ampliação das áreas de contratação de servidores PSS, seguimos defendendo que a contratação desses profissionais ocorra apenas em situações de substituição temporária, como licenças-prêmio, licenças-maternidade ou casos esporádicos.
- 76.** A nova gestão do SISMUC segue atuando para efetivar novos convênios em diferentes áreas, inclusive a partir da indicação das servidoras e dos servidores sindicalizados.
- 77.** No tocante às questões jurídicas, mantemos o atendimento com o escritório “Rafanhim, Souza e Rosa”, tanto nas demandas individuais quanto nas coletivas.
- 78.** Existem ações relacionadas ao desvio de função de auxiliares de enfermagem, auxiliares de serviços escolares, entre outras categorias. Em sua maioria, essas ações já foram pagas ou estão em fase de pagamento. Algumas ainda se encontram na fase de conhecimento, etapa em que se reconhece o desvio de função e o direito à indenização.
- 79.** As servidoras e os servidores receberam, por meio do SISMUC, valores referentes à ação do décimo terceiro salário/gratificação natalina, ajuizada em 2007, que cobrava diferenças decorrentes da não incorporação de verbas variáveis ao décimo terceiro salário. Desde dezembro de 2007, os pagamentos passaram a ser realizados corretamente. É importante destacar que os valores recebidos ao longo desses anos superam os retroativos pagos posteriormente. O principal ganho foi a correção permanente dos pagamentos após o ajuizamento da ação, o que representa, no mínimo, três vezes mais do que os valores retroativos recebidos.



- 80.** Cabe lembrar que uma das primeiras medidas da direção do SISMUC, em 2022, foi abrir um canal de negociação com o município para que os cálculos fossem realizados pelos técnicos da folha de pagamento e conferidos pelos contadores do Sindicato, resultando posteriormente em petição conjunta de cumprimento de sentença. Dessa forma, as servidoras e os servidores foram beneficiados, ampliando de 4 mil para 18 mil o número de cálculos realizados.
- 81.** O valor da ação recebido pelas servidoras e pelos servidores com valores de até R\$ 8.157,41, via RPV (Requisição de Pequeno Valor), totalizando R\$ 20.573.052,49, foi depositado na conta do SISMUC no final do primeiro semestre de 2025, com início das transferências em julho do mesmo ano. Ainda no segundo semestre de 2025, iniciou-se o recebimento da documentação das servidoras e dos servidores que serão pagos via precatório nessa mesma ação, totalizando mais de 1.800 pessoas e um valor aproximado de R\$ 30 milhões.
- 82.** Outra ação em andamento trata da solicitação de devolução dos descontos realizados em favor do IPMC sobre reflexos de horas extras, gratificações, dobras de jornada, RIT e remunerações variáveis na parcela de risco de vida e saúde não incorporável aos proventos de aposentadorias e pensões. O município realizou os cálculos, e a gestão do Sindicato no período de 2018 a 2021 concordou com eles. No entanto, a direção atual do SISMUC e suas assessorias identificaram equívocos nos cálculos apresentados. O Sindicato está em tratativas com o município para revisão desses valores. A juíza responsável já intimou o município para se manifestar sobre as premissas utilizadas nos cálculos. Caso não haja solução nessa via, deverá ser ajuizada execução paralela.
- 83.** Segue expressivo o aumento da demanda por defesas em processos administrativos disciplinares, assim como por consultas em outras áreas, especialmente nas matérias previdenciárias, indenização de licença-prêmio, concessão de licença-prêmio, férias e outras. Diversos pedidos administrativos foram protocolados, alguns já atendidos e outros ainda em debate, refletindo a confiança da categoria no Jurídico do Sindicato.
- 84.** A demanda do Jurídico do SISMUC é bastante expressiva, o que faz com que a agenda de atendimentos tenha maior tempo de espera. Ainda assim, a avaliação da atuação jurídica ao longo dos anos é positiva. Sabemos, porém, que há muito a ser ampliado e aperfeiçoado, especialmente no acompanhamento jurídico já na fase de sindicância, medida que resultou em diversos casos sem abertura de processos administrativos contra servidoras e servidores. A direção do Sindicato e seus advogados permanecem à disposição para receber sugestões de melhorias, não se esgotando esse debate no Congresso.



- 85.** Outro reflexo dos avanços e conquistas desta gestão é o aumento do financiamento da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores, por meio da ampliação das sindicalizações. Em razão da atuação do Sindicato e da retomada da credibilidade da entidade junto à categoria, ultrapassamos a marca de 11 mil sindicalizações em maio de 2026.
- 86.** O trabalho ativo do Sindicato também resultou em aumento de 36,10% da receita entre 2023 e 2026, o que possibilita mais investimentos na luta das trabalhadoras e dos trabalhadores.
- 87.** A revisão das LTS/redução da carga horária e a criação de uma mesa permanente de negociação com a Perícia Médica e Saúde Ocupacional também foram conquistas desta gestão.
- 88.** O coletivo de aposentadas e aposentados passou a contar com novas dinâmicas de atuação e diversificação de atividades políticas e culturais, promovendo passeios em espaços culturais de Curitiba e os tradicionais passeios de final de ano, como a descida de trem para Morretes, visitas à Colônia Witmarsum e ao Parque Estadual de Vila Velha, incluindo o Buraco do Padre.
- 89.** Conquistamos a liberação de quatro novos dirigentes, totalizando 10 liberados. Com o apoio das diretoras aposentadas e dos diretores de base, a gestão Sindicato pra Valer (2025-2029) intensificou as visitas aos locais de trabalho, tanto por meio de agendas previamente organizadas quanto na entrega de materiais.
- 90.** Também marcamos presença em fóruns gerais, populares e conselhos estaduais, além de diversos outros espaços políticos, como reuniões, seminários, cursos, jornadas e conferências. A participação em espaços como o G20 Social e a Internacional de Serviços Públicos tem sido constante, ecoando a urgência da construção de um futuro mais justo e humano.
- 91.** A formação continuada e a capacitação das servidoras e dos servidores sempre foram bandeiras de luta do Sindicato. Por isso, firmamos parcerias com a Universidade Federal do Paraná e outras instituições, garantindo acesso a programas de qualificação que fortalecem as competências das servidoras e dos servidores e melhoram os serviços públicos prestados à população.
- 92.** A saúde financeira do SISMUC e a transparência nas prestações de contas, publicadas nos jornais e no site da entidade, sempre foram prioridades da gestão. Tanto que todas as assembleias de prestação de contas e planejamento orçamentário aprovaram os resultados apresentados. Esse desempenho positivo, fruto de um planejamento flexível e organizado, não apenas permitiu ao SISMUC



manter sua estrutura e fortalecer a defesa dos direitos das servidoras e dos servidores, como também possibilitou a ampliação de seu patrimônio, garantindo recursos para as futuras lutas da categoria.

- 93.** Sabemos que um sindicato forte se constrói com luta, união e a participação ativa de cada servidor e servidora. Vamos juntos, porque ainda há muito a conquistar.

Comunicação

- 94.** No cenário atual, a comunicação do movimento sindical se depara com duas barreiras que se mostram grandes desafios a superar. Uma delas são as fake news e a outra é o rápido avanço da inteligência artificial.
- 95.** Nos últimos anos vimos uma mudança drástica na forma de nos comunicarmos. Os aplicativos de mensagem deram a nós possibilidades nunca vistas. Na palma da mão, temos inúmeros contatos e “rodas de conversa” para nos expressar.
- 96.** Essa transformação alterou também a forma como as pessoas se informam e constroem percepção sobre a realidade. Dados do Painel TIC 2025, elaborado pelo Comitê Gestor da Internet, NIC.br e Cetic.br, com 5.250 usuários de internet no Brasil, revelam um cenário preocupante: 60% dos brasileiros acessam notícias diariamente por aplicativos de mensagens, enquanto 52% se informam por feeds de vídeos curtos, como Tik Tok, e 50% por plataformas de vídeo. O WhatsApp, principal ambiente de circulação cotidiana de informações, é usado diariamente por 91% dos entrevistados.
- 97.** Nos últimos dez anos, a inteligência artificial generativa virou realidade e promete eficiência e rapidez na criação e distribuição de informações. Porém, por trás deste processo e do desenvolvimento dessas tecnologias estão as big techs, ou seja, grandes corporações privadas e bilionárias, guiadas por interesses comerciais.
- 98.** A guinada no uso da inteligência artificial para produzir conteúdos abriu espaço para uma atuação massiva de pessoas mal intencionadas. Aquela mentira que antes não saía do círculo de amigos agora encontra vazão e credibilidade. A confusão gerada por essa onda de notícias falsas, seja em formato de texto, áudio



ou vídeo, tira o senso de realismo de quem está imerso.

- 99.** E os dados demonstram a profundidade desse problema. 48% dos usuários brasileiros desconfiam sempre ou na maioria das vezes de informações produzidas pelo jornalismo profissional, índice superior à desconfiança em conteúdos recebidos de amigos ou familiares em redes sociais (39%) ou em aplicativos de mensagens (42%). Trata-se de uma crise de credibilidade que favorece a desinformação e enfraquece referências coletivas sobre o que é verdade.
- 100.** Ao mesmo tempo, apenas 36% afirmam checar sempre a veracidade das informações recebidas, enquanto 14% admitem verificar poucas vezes ou nunca. Entre aqueles que não costumam checar conteúdos, 34% dizem que não vale a pena pesquisar se as informações são verdadeiras, e 30% afirmam que a polarização tornou inútil distinguir o falso do verdadeiro. Esse ciclo segue cumprindo seu objetivo: manipular a opinião pública e desacreditar instituições.
- 101.** Para o movimento sindical, isso representa uma assimetria evidente. Precisamos confrontar estruturas empresariais com recursos praticamente ilimitados, capazes de impulsionar narrativas em massa, enquanto dependemos da construção coletiva, da confiança e da comunicação direta com a base. A disputa deixa de ser apenas ideológica e passa a ser também tecnológica.
- 102.** A combinação entre fake news e inteligência artificial cria um terreno fértil para a desinformação direcionada. Combater a desinformação é tarefa árdua para garantir nossa democracia. E ela se inicia nos nossos espaços, nos grupos dos locais de trabalho, ajudando a conscientizar as pessoas próximas. Ter compromisso com a verdade em ambos os lados garante legitimidade à disputa política.
- 103.** Enfrentamos também o monopólio dos meios de comunicação, que se mantém nas mãos de poucas famílias e empresas privadas, dificultando a construção autônoma de opiniões e aumentando a interferência e a falta de transparência das informações.
- 104.** Além disso, essa hegemonia não nutre a menor vontade política de atuar em defesa dos direitos trabalhistas e não faz questão de garantir pluralidade e



diversidade de visões. Os donos desses veículos têm interesses comerciais, assim como os anunciantes que financiam essas grandes estruturas. Por vezes, esses são os próprios governos, em nosso caso a Prefeitura.

- 105.** Para vencer essas barreiras, precisamos coordenar ações. Devemos cobrar da grande mídia responsabilidade e compromisso com a verdade. Uma imprensa que busca os diversos lados da história é fundamental para qualquer sociedade, mas não é o que vemos em nosso país, muito menos em nossa cidade.
- 106.** Para o movimento sindical isso significa ampliar ferramentas e compreender que, além do diálogo, é necessário construir uma rede capaz de dar vazão aos assuntos da classe trabalhadora. Afinal, a atenção das pessoas está sendo ferrenhamente disputada por algoritmos e plataformas dentro de seus celulares. E a peça-chave nessa estrutura é você.
- 107.** A atual direção do SISMUC entende esse processo e coloca em prática uma mudança de perspectiva. Buscamos uma forma mais efetiva e criativa de comunicar a luta da classe trabalhadora. Criamos pontes de maneira mais humanizada e colaborativa.
- 108.** Nos últimos períodos, decidimos renovar nossa identidade, tanto na estética quanto na linguagem, tornando-a mais próxima das servidoras e dos servidores públicos municipais. Mantemos, porém, o principal: a representatividade das categorias atendidas pela nossa entidade e o fortalecimento da luta em defesa do serviço público.
- 109.** Também reformulamos nossa atuação nas mídias digitais, como Facebook, Instagram, YouTube e TikTok, tornando a comunicação mais próxima e diversa, além da criação de um novo site do Sindicato, mais atrativo, moderno e organizado.
- 110.** Dessa forma, miramos agora para os próximos períodos: o desafio coletivo de intensificar a participação da base na construção de uma comunicação que alcance corações e mentes de servidoras, servidores e da população de Curitiba.



Formação

111. A formação do SISMUC tem como princípio a concepção classista, ou seja, uma formação que desperte nas pessoas uma visão crítica sobre a sociedade organizada, o papel da classe trabalhadora, a necessidade de trabalhadores e trabalhadoras serem protagonistas das lutas e a importância de estarem organizados em seus sindicatos.
112. A concepção de formação desta gestão defende e aplica uma metodologia popular, capaz de dialogar com todas as servidoras e todos os servidores. Por isso, buscamos consolidar cursos e atividades que atendam a essa perspectiva.
113. Nossa formação tem o desafio de discutir a defesa do direito à diversidade no país. Esse desafio se tornou ainda maior após o governo Jair Bolsonaro e com o avanço da extrema direita no Brasil, marcados por discursos de ódio contra a diversidade. Assim, é urgente aprofundar debates sobre o sistema patriarcal, o machismo, o combate ao racismo, as questões da juventude, as pautas da população LGBTQIA+, os direitos das pessoas com deficiência e as demandas relacionadas às diferentes etnias, como as questões dos povos indígenas.
114. A política formativa do SISMUC deve abranger tanto temas gerais quanto específicos, como assédio moral, saúde do trabalhador, negociação coletiva, terceirizações e análise de conjuntura.
115. Além de cursos, seminários e campanhas, é preciso criar mecanismos que conectem a formação aos novos tempos. Um exemplo é a construção de uma plataforma on-line, constantemente abastecida e atualizada, que permita às servidoras e aos servidores participar e construir conhecimento de forma presencial ou virtual.
116. A estratégia formativa do SISMUC visa fortalecer e ampliar a representação sindical a partir do local de trabalho. Isso porque somente com trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados, conscientes e preparados será possível avançar na organização e na mobilização, visando à ampliação das lutas e das conquistas da classe trabalhadora.

Organização por Local de Trabalho

117. O local de trabalho é o ambiente de convívio e organização das servidoras e



dos servidores, mas também um espaço de contradições e conflitos. É nele que a Prefeitura dissemina estratégias baseadas na meritocracia e na divisão por meio de gratificações desiguais, o que acaba fragmentando as categorias.

118. É também nesse espaço que as trabalhadoras e os trabalhadores vivenciam diretamente situações precárias, como a falta de hora-atividade, o acúmulo de funções para suprir a ausência de pessoal, os riscos à saúde física e psicológica, a exposição a acidentes, o assédio moral e o assédio sexual, entre outros problemas.
119. A gestão do SISMUC tem investido na construção do OLT, pois o fortalecimento do Sindicato está diretamente ligado à sua capacidade de se enraizar na base. Para isso, é necessário compreender as novas formas de organização dos processos de trabalho, seus mecanismos de exploração e perseguição e, assim, definir formas eficazes de enfrentamento.
120. A estratégia do SISMUC requer uma atuação planejada, que permita à direção sindical ouvir as demandas, responder a elas e, quando necessário, encaminhar soluções.
121. O fortalecimento do Coletivo de Representantes é outra ação fundamental e deve ser entendido como uma extensão da direção do Sindicato nos locais de trabalho.
122. O novo formato das reuniões mensais, construído no planejamento do Coletivo de Representantes, cria novos mecanismos e expectativas para avançar nas mobilizações e conquistas, tendo o OLT como motor central da organização sindical.
123. Atualmente, já conquistamos o direito à negociação direta com as chefias, conforme acordado em mesa com a gestão. Isso significa que a liberação para participação nas atividades sindicais depende da organização de cada local de trabalho. No entanto, é fundamental avançar no debate sobre liberações efetivas para participação nos coletivos sindicais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SISMUC

Administrativos

124. Na Prefeitura de Curitiba, temos profissionais da área administrativa de níveis fundamental, médio e superior atuando nas diversas secretarias e autarquias.



- 125.** Os profissionais de nível fundamental, intitulados auxiliares administrativos operacionais, integram uma das carreiras colocadas em extinção no ano de 2023. No entanto, esses trabalhadores seguem atuando, em muitos casos, em desvio de função, sem o devido reconhecimento e valorização salarial.
- 126.** Já os agentes administrativos conquistaram, em 2023, por meio da luta e da organização sindical, a ampliação de 22,8% no piso salarial da categoria. Ainda assim, a carreira continua entre as de menor remuneração do nível médio.
- 127.** Os analistas de administração, profissionais de nível superior, conquistaram, em 2025, a alteração da nomenclatura e do núcleo de atribuições da carreira. Porém, seguem na luta pela valorização salarial.
- 128.** Essas servidoras e esses servidores, sejam de nível fundamental, médio ou superior, estão presentes em todas as secretarias e autarquias. Seu papel é estratégico para o funcionamento e a execução dos serviços públicos, sendo fundamentais para a organização burocrática, administrativa e para o funcionamento interno e externo dos locais de trabalho.
- 129.** A precarização do trabalho, promovida pela administração municipal ao longo das gestões, reflete diretamente nas condições de trabalho desses profissionais. Encontramos inúmeros casos de desvio de função, falta de servidores, condições inadequadas de trabalho, incluindo espaços físicos precários, além da ausência de equipamentos adequados para a realização das atividades.
- 130.** A realização de concurso público, a revisão da legislação referente aos cargos em extinção e a valorização dessas carreiras são medidas fundamentais. As condições precárias de trabalho e a desvalorização salarial acabam afastando novos servidores, enquanto a política de contratação de PSS não supre a demanda existente, tampouco garante um serviço público de qualidade.
- 131.** A inexistência de mecanismos efetivos de remanejamento entre secretarias, autarquias e locais de trabalho gera grande insatisfação e desânimo entre as trabalhadoras e os trabalhadores. Muitas vezes, precisam atravessar a cidade para chegar ao local de trabalho ou se identificam com atividades desenvolvidas em outros departamentos e secretarias, mas não conseguem realizar a troca. Atualmente, a possibilidade de permuta depende da autorização da chefia, que, na maioria das vezes, não concorda com a mudança.

Aposentados



132. As trabalhadoras e os trabalhadores que ajudaram a construir a cidade de Curitiba, prestando serviços públicos de qualidade à população por mais de 30 anos, vêm sofrendo com as medidas adotadas por Rafael Greca desde 2021 e mantidas até os dias atuais por seu sucessor, Eduardo Pimentel.
133. A perversa Reforma da Previdência implementada pelo governo Jair Bolsonaro e por seu então ministro da Economia, Paulo Guedes, em 2019, acarretou grandes prejuízos para a classe trabalhadora em geral, inclusive para aposentadas, aposentados e pensionistas.
134. No âmbito municipal, a gestão optou pela implantação do desconto de 14% sobre os proventos das aposentadas e dos aposentados no que excede o teto de dois salários mínimos. Desconto esse que Eduardo Pimentel, durante a campanha eleitoral de 2024, comprometeu-se a rever, mas que, até o momento, segue sem solução.
135. A realidade das aposentadas e dos aposentados do serviço público é marcada pela desvalorização e não difere da vivida pelos demais aposentados da sociedade. Em geral, os valores dos proventos são baixos, resultado da desvalorização salarial histórica e da ausência ou limitação de planos de carreira nas esferas municipal, estadual e federal.
136. Ainda assim, o Coletivo de Aposentadas e Aposentados do SISMUC segue atuante e reivindicando direitos, organizando a luta por meio de reuniões, atos e outras formas de mobilização. Ao longo dos anos, o Sindicato vem investindo em políticas sindicais e sociais voltadas a esse segmento.
137. Na perspectiva de **“Aposentados, sim; inativos, nunca”**, o Coletivo vem crescendo com novas propostas e ampliando a participação efetiva nas lutas, nos debates e também nos momentos de lazer e confraternização.

Trabalhadores da FAS

138. Nos governos anteriores, diversas políticas sociais foram conquistadas e implantadas. No entanto, a política antissocial do governo Jair Bolsonaro se traduziu na precarização e desvalorização das trabalhadoras, dos trabalhadores e dos usuários do SUAS.
139. Na gestão de Eduardo Pimentel, observa-se um cenário de desvalorização das servidoras e dos servidores e de fechamento de espaços de atendimento, como



CRAS, CREAS e outras unidades. A justificativa apresentada é o redimensionamento de território, porém sem a apresentação de diagnósticos ou estudos técnicos. Essa situação também impacta a Operação Inverno, que não garante os direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e da população usuária.

- 140.** As servidoras e os servidores ainda sofrem com decisões arbitrárias da gestão municipal, que alteram suas vidas por meio de constantes remanejamentos. Não existe um processo sério de mudança de área nem um plano de carreira estruturado conforme as diretrizes do SUAS, especialmente a NOB-RH. O resultado é a paralisação do crescimento profissional e financeiro das trabalhadoras e dos trabalhadores.
- 141.** Em mesa de negociação, a Fundação de Ação Social apresentou proposta para realização de novos concursos públicos, mas ela não contempla todos os cargos necessários. Um exemplo são os cargos técnicos, cujo último concurso foi realizado em 2011.
- 142.** Além disso, persistem as más condições de trabalho. Os equipamentos utilizados pelas servidoras e pelos servidores estão em péssimo estado, e há falta de profissionais, a ponto de não existir garantia sequer de equipe mínima para atendimento. Mesmo a redução da carga horária para 30 horas beneficia apenas um número reduzido de servidores, desrespeitando a equipe mínima prevista na NOB-RH.
- 143.** Também persiste a falta de agentes de segurança, como a Guarda Municipal, nas unidades da Fundação de Ação Social. Essa ausência vem gerando insegurança há muito tempo, tanto em unidades localizadas em regiões mais afastadas e vulneráveis quanto nas unidades de acolhimento institucional (UAI), que funcionam 24 horas devido à especificidade do serviço prestado.
- 144.** Em vez de utilizar parcerias de forma adequada, a gestão investe nas chamadas “abordagens de rua”, descaracterizando o trabalho de abordagem social ao imprimir um viés menos educativo e mais repressivo.
- 145.** A desvalorização promovida pela gestão ficou ainda mais evidente durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19. Naquele momento, houve grandes dificuldades tanto no atendimento à população em situação de vulnerabilidade quanto nas condições de trabalho das servidoras e dos servidores, impactos que seguem sendo sentidos até hoje.

Trabalhadores da FCC



- 146.** A Fundação Cultural de Curitiba (FCC) existe desde 1973 e foi criada com o objetivo de promover o desenvolvimento sociocultural e artístico da comunidade. Atualmente, é um dos maiores órgãos de gestão cultural do país, com 64 pontos de atendimento, sendo a segunda maior estrutura pública cultural do Brasil, atrás apenas de São Paulo.
- 147.** Ao longo dos anos, a administração pública foi deteriorando o funcionamento da Fundação por meio de um processo de privatização e terceirização. Em um primeiro momento, parte dos serviços foi absorvida pelo Instituto Curitiba de Arte e Cultura, organização social inicialmente destinada à gestão do setor da música, mas que posteriormente ampliou sua atuação para as áreas da dança e do audiovisual. Atualmente, o instituto passou a gerir grande parte dos espaços da Fundação Cultural.
- 148.** No Paraná, o governo Ratinho Junior incorporou a cultura à Secretaria de Comunicação. Em Curitiba, a Fundação conseguiu sobreviver à reforma administrativa, mas segue ameaçada pelas terceirizações. Mesmo com a promessa de realização de concurso público em 2023, a gestão não indicou o quantitativo de contratações necessárias, situação que se arrasta há mais de 20 anos sem reposição adequada de servidores.
- 149.** Com o retorno do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura foi recriado e já implementa políticas de incentivo às ações culturais e artísticas em todo o país. A luta do SISMUC é para que essas mudanças também se concretizem em Curitiba, com valorização da cultura pública, fortalecimento da Fundação Cultural e ampliação das políticas culturais para a população.

Trabalhadores da educação

- 150.** Em Curitiba, o descaso e a desvalorização seguem intensos, com a ampliação da contratação de PSS nos CMEIs e escolas, além da utilização de estagiários no atendimento da educação especial e da contratação, também via PSS, para o cargo de agente de apoio educacional. Além disso, os inspetores seguem inseridos em um plano geral junto às demais carreiras, o que representa mais uma forma de desvalorização, já que esses trabalhadores atuam diretamente na educação e integram o FUNDEB.
- 151.** Outra situação que gera inúmeras preocupações é a falta de condições adequadas para o atendimento da educação especial. É necessária a redução do número de crianças por turma e a ampliação de profissionais capacitados para



compor as equipes pedagógicas, garantindo, assim, uma inclusão realizada com responsabilidade e qualidade.

- 152.** A gestão de Eduardo Pimentel não oferece condições suficientes para assegurar direitos previstos em lei, como a hora-atividade, que deveria corresponder a 33% da jornada. Atualmente, nem mesmo os 20% da carga horária das professoras e dos professores da educação infantil, previstos em legislações municipal e federal, são plenamente garantidos.
- 153.** Ainda assim, é por meio da luta e da organização sindical que o SISMUC vem construindo a defesa da reestruturação da carreira das professoras e dos professores da educação infantil, para a implementação dos 33% de hora-atividade e o pagamento do piso salarial na tabela. Também segue como pauta estratégica da categoria o desengavetamento da consulta pública para escolha de diretoras e diretores dos CMEIs, entendida como instrumento fundamental para a efetivação de uma gestão democrática, participativa e autônoma.
- 154.** Também é necessário fortalecer a reivindicação histórica de reestruturação da carreira do ASE (Auxiliar de Serviços Escolares), com exigência de ingresso em nível médio. É importante lembrar que muitos desses profissionais concluíram o programa Pró-Funcionário, mas não puderam utilizar essa formação para avançar em suas carreiras. Nesse sentido, o compromisso da atual gestão em repensar um curso específico para esses trabalhadores é um passo importante.
- 155.** As trabalhadoras e os trabalhadores das escolas representam um contingente significativo da rede municipal, mas seguem enfrentando condições precárias de trabalho e desvalorização salarial. Esses profissionais são o cartão de visitas das escolas, atuando no acompanhamento das crianças e estudantes na entrada e saída das unidades, durante os intervalos e, muitas vezes, sendo os primeiros a acolher a comunidade no ambiente escolar.

Trabalhadores da SMELJ

- 156.** Uma das grandes marcas dessa carreira é a proximidade com a população. As servidoras e os servidores atuam em diferentes segmentos da sociedade, atendendo pessoas de diversas faixas etárias, desde crianças da educação infantil até idosos em projetos sociais. Em muitas situações, esses profissionais desenvolvem ações integradas com outras secretarias, como Saúde e Assistência Social. Um exemplo disso é o trabalho realizado por profissionais lotados na Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude, que participam de programas



de atividade física para idosos em parceria com a Secretaria de Saúde, promovendo qualidade de vida e prevenção de doenças.

- 157.** O desvio de função é uma reivindicação histórica da categoria e segue sendo um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores. Na prática, profissionais concursados para o quadro do magistério acabam sendo lotados na SMELJ, assumindo atribuições completamente diferentes daquelas previstas em seus cargos de origem. Docentes II (professores de Educação Física), aprovados em concurso para atuar na rede municipal de ensino, são deslocados para organizar eventos esportivos ou gerenciar espaços de lazer, sem preparo específico ou remuneração compatível, já que funções, jornadas de trabalho e salários são distintos. O fim dessa prática é uma reivindicação histórica da categoria.
- 158.** Outro ponto crítico é a falta de democracia no ambiente da Secretaria. Existe uma normativa interna que impõe aos profissionais uma carga excessiva de aulas semanais, sem considerar o desgaste físico e mental acumulado. Até o momento, a Prefeitura não realizou estudos aprofundados sobre as condições de saúde desses trabalhadores, nem sobre a relação entre os afastamentos médicos e o exercício profissional na área. Um profissional que ministra 30 aulas semanais, em diferentes espaços da cidade e sem tempo adequado para deslocamento ou descanso, acaba desenvolvendo dores crônicas, estresse e lesões. Ainda assim, não existe levantamento oficial que relacione esses afastamentos à sobrecarga imposta pela própria normativa.
- 159.** Por fim, é essencial destacar a precariedade dos ambientes e da estrutura de trabalho na SMELJ. Faltam equipamentos básicos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades. Diante dessa realidade, muitos profissionais acabam adquirindo, com recursos próprios, itens que deveriam ser fornecidos pela gestão municipal. Em atividades como aulas de recreação infantil, por exemplo, há necessidade de bolas, cordas, apitos e cones. Como a Secretaria frequentemente não disponibiliza esses materiais, os trabalhadores acabam arcando com custos que não lhes cabem e que poderiam ser evitados com planejamento e investimento adequados por parte da administração pública.

Trabalhadores da fiscalização

- 160.** A fiscalização está distribuída entre as secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo e Segurança Alimentar, abrangendo diferentes áreas de atuação, entre elas proteção animal, licenciamento ambiental, podas de vegetação, limpeza



pública, recursos hídricos, obras e posturas, comércio ambulante e segurança alimentar.

- 161.** As servidoras e os servidores da fiscalização possuem papel estratégico para o funcionamento da cidade em diversos aspectos. Ainda assim, a administração municipal desvaloriza esses profissionais ao enquadrá-los em um plano geral junto às demais carreiras do município. A falta de fiscais segue comprometendo a realização adequada do trabalho, mesmo após a realização do último concurso público, há cerca de dois anos.
- 162.** Enquanto outras cidades utilizam sistemas informatizados para emissão de notificações e autos de infração, os fiscais de Curitiba ainda trabalham, muitas vezes, com caneta e bloco de notificações. Na prática, a forma de trabalho permanece semelhante à da década de 1980. O sistema informatizado disponível é ultrapassado, apresenta constantes travamentos e, em alguns setores, existem filas de espera para realização de relatórios. Além disso, em diversas situações, os próprios servidores utilizam seus celulares pessoais, já que os equipamentos disponibilizados pelos departamentos estão defasados.
- 163.** A isonomia entre os fiscais da Prefeitura é a principal pauta da categoria. Atualmente, a administração concede gratificação apenas aos fiscais do Urbanismo e nega esse direito aos demais profissionais, sob a alegação de que exercem atividades diferenciadas, desconsiderando que o requisito de ingresso e o descritivo das funções do cargo são os mesmos. Em muitos casos, essa gratificação também é utilizada como instrumento de assédio, desmobilização e estímulo à competição entre os próprios trabalhadores.
- 164.** Outra reivindicação importante da categoria é a garantia de remanejamento entre fiscais dentro das próprias secretarias e também entre diferentes secretarias da administração municipal.

Trabalhadores da saúde

- 165.** O desmonte do Sistema Único de Saúde não se resume apenas à questão do financiamento. Ele também passa por um modelo de gestão que, cada vez mais, atende às demandas do setor privado, colocando em risco os princípios que fundamentaram sua criação: justiça social, direito à saúde, equidade, universalidade, integralidade e seu caráter civilizatório.
- 166.** Nos últimos anos, vimos políticas federais que impactaram diretamente a estrutura da atenção básica, com mudanças iniciadas durante o governo Jair



Bolsonaro e cujos efeitos ainda são sentidos, como a descontinuidade de programas estratégicos, entre eles o Programa Mais Médicos. Porém, durante o atual governo Lula, houve a retomada do Programa, com mais investimentos e abertura de novas vagas.

- 167.** No Paraná, a política de gestão da saúde mantém características de terceirização e transferência de responsabilidades para entidades de direito privado, como a FUNEAS, durante o governo Ratinho Jr. Esse modelo segue sendo alvo de críticas por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores, que relatam precarização dos vínculos, déficit de profissionais e dificuldades na garantia da qualidade do atendimento.
- 168.** Em Curitiba, a gestão de Eduardo Pimentel mantém um modelo de saúde fortemente marcado pela terceirização de serviços, com o avanço da FEAS, especialmente nas áreas de urgência, emergência e atenção básica. A ampliação de contratos temporários, o congelamento ou defasagem dos planos de carreira e salários, além das condições insuficientes de trabalho, têm sido pontos centrais de tensão entre gestão e trabalhadores.
- 169.** Esse modelo de gestão tem gerado impactos diretos no cotidiano das unidades de saúde: falta de clareza nas atribuições entre equipes com vínculos distintos, descontinuidade nos processos de cuidado, mudanças frequentes de fluxos sem diálogo com os profissionais e, em alguns casos, riscos tanto para trabalhadores quanto para usuários, além da tomada de decisões de forma pouco democrática.
- 170.** As trabalhadoras e os trabalhadores da saúde seguem enfrentando os efeitos acumulados do período da pandemia de COVID-19, que evidenciou a importância do SUS e desses profissionais para a sociedade. Mesmo após o período mais crítico, permanecem a sobrecarga, o desgaste físico e mental e os desafios para recomposição das equipes.
- 171.** Historicamente, o SISMUC tem sido um dos principais instrumentos de organização e luta dessas trabalhadoras e desses trabalhadores. Ao longo dos anos, importantes conquistas foram alcançadas por meio de mobilizações, greves e participação ativa em espaços de debate, como conferências e fóruns de saúde. Entre essas conquistas, destaca-se a luta pelo piso nacional da enfermagem, que hoje é lei, mas ainda exige constante vigilância para sua efetiva implementação. A atuação em nível municipal, estadual e federal segue sendo fundamental, inclusive por meio de articulações nacionais como a CUT e a CONFETAM.



- 172.** Defender o SUS, hoje, é mais do que nunca lutar pelo acesso justo à saúde, valorizar suas trabalhadoras e seus trabalhadores e garantir que seus princípios fundadores não sejam esvaziados. É, sobretudo, defender a vida, a dignidade e o futuro da população.

Trabalhadores do Meio Ambiente e Obras, IPPUC e Secretaria de Governo

- 173.** Este segmento é constituído por três secretarias e uma autarquia, sendo composto por servidoras e servidores administrativos, engenheiros, arquitetos, profissionais polivalentes, fiscais e técnicos que, somados, possuem grande responsabilidade na construção e no funcionamento da cidade.
- 174.** Com a terceirização dos principais serviços ligados às atividades-meio da Prefeitura, essas secretarias passaram por um profundo processo de precarização. As trabalhadoras e os trabalhadores viram o quadro de servidores diminuir vertiginosamente e acompanharam a substituição de suas funções por empresas terceirizadas. Isso impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados, pois, mesmo com equipes reduzidas, quando o trabalho terceirizado não é realizado corretamente, é a esses servidores que a administração recorre.
- 175.** Em relação aos engenheiros e arquitetos, especialmente os que atuam no IPPUC, observa-se uma importante aproximação com a organização sindical, fortalecendo a construção coletiva das pautas da categoria.
- 176.** Na Secretaria de Governo concentram-se profissionais da área administrativa e alguns técnicos. No entanto, também há um número expressivo de cargos comissionados ocupados por indicações da gestão, em detrimento da valorização dos servidores concursados.
- 177.** O conjunto dessas carreiras, que atuam em diferentes espaços de trabalho e estão inseridas no mesmo plano de carreira, compõe o chamado “planão”, que hoje muitos trabalhadores já denominam de “plano de descarreira”, diante da ausência de valorização e perspectivas reais de desenvolvimento profissional.
- 178.** É fundamental avançar na organização e aproximação dessas carreiras e secretarias, fortalecendo a unidade entre os trabalhadores para ampliar conquistas e garantir direitos.



Saúde do Trabalhador

Assédio moral, precarização do trabalho e luta pela saúde do trabalhador

- 179.** Vivemos tempos difíceis. Patrões e governos conduzem uma ampla ofensiva contra a classe trabalhadora, com objetivos claros: intensificar a exploração, aumentar os lucros e impor a submissão. Direitos duramente conquistados estão sendo eliminados ou reduzidos, enquanto a qualidade de vida e a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores se agravam cada vez mais.
- 180.** A ocorrência cada vez mais frequente de assédio moral no ambiente de trabalho exige das trabalhadoras e dos trabalhadores mais do que apenas compreender o fenômeno. É preciso estudá-lo, organizar-se e enfrentá-lo coletivamente. A Dra. Margarida Barreto, uma das primeiras estudiosas do tema no Brasil, define o assédio moral no trabalho como: *“A exposição do trabalhador ou da trabalhadora a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho, no exercício de suas funções.”* (Margarida Barreto, tese de doutorado – PUC/SP, 2005)
- 181.** Partindo dessa definição, é importante compreender que essa prática ocorre no ambiente de trabalho e pressupõe uma relação de poder entre assediador e assediado. Mais do que isso, o assédio moral não pode ser atribuído apenas a gestores autoritários de forma isolada. Trata-se, na realidade, de uma prática estrutural de gestão, construída a partir do modelo gerencialista neoliberal.
- 182.** A Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, e a Reforma Trabalhista de 2017, que precarizou as relações de trabalho, aprofundaram ainda mais esse cenário. Atualmente, grande parte dos acidentes de trabalho ocorre no setor terceirizado, tendência que tende a se agravar diante do déficit de profissionais atuando na vigilância em saúde do trabalhador.



- 183.** Embora a fiscalização dos ambientes de trabalho seja responsabilidade dos gestores públicos nas esferas municipal, estadual e federal, na prática ela quase não ocorre nos próprios ambientes do serviço público.
- 184.** Em Curitiba, as sucessivas administrações municipais não disponibilizam dados sobre os agravos de saúde das servidoras e dos servidores. Os programas de promoção e prevenção são insuficientes e alcançam apenas uma parcela mínima das trabalhadoras e dos trabalhadores.
- 185.** O modelo de gestão apresentado pela Secretaria de Recursos Humanos de Curitiba, por meio do Departamento de Saúde Ocupacional, não foi capaz, ao longo dos anos, de responder às demandas da categoria. Não há gestão democrática da atenção à saúde, tampouco espaço para a construção de comissões locais de saúde do trabalhador. Em contrapartida, o organograma municipal mantém a figura do AGESEL (Agente de Segurança Local), cargo com função gratificada e indicação direta do prefeito, o que concentra poder e fragiliza os mecanismos de controle social.
- 186.** A estratégia do município de ocultar dados sob a justificativa de sigilo e ética não consegue esconder a realidade. É notório o aumento dos afastamentos de servidoras e servidores por licenças para tratamento de saúde em diversos equipamentos da Prefeitura.
- 187.** A luta pela promoção da saúde do trabalhador ultrapassa os limites do município. O SISMUC também pauta essa questão como estratégia de luta e conquista por meio da CONFETAM, participando de importantes espaços, como:
- Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS;
 - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador;
 - Conselhos estadual e nacional de saúde;
 - Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores.
- 188.** Organizar a luta pela saúde e por melhores condições de trabalho exige das servidoras e dos servidores ações permanentes e organizadas. Para isso, é fundamental construir uma proposta sindical voltada à transformação do processo de trabalho, baseada em:
- análise e eliminação dos fatores nocivos à saúde;
 - organização nos locais de trabalho;
 - acúmulo teórico e troca de experiências práticas das lutas.



IPMC

- 189.** Uma das maiores conquistas da classe trabalhadora de todo mundo, a previdência social, sofre ataques justamente por ser um mecanismo de distribuição de renda, de responsabilidade do Estado.
- 190.** Em Curitiba, nossa previdência é gerida pelo Instituto de Previdência Municipal de Curitiba (IPMC), que administra o fundo, a folha de pagamento e os processos de aposentadoria. Uma autarquia composta por um corpo diretivo, todo indicado pelo prefeito, e conselhos de administração e fiscal, ambos com sete conselheiros, sendo 4 representantes das secretarias (indicação do prefeito), um representante da Câmara de Vereadores, um da Associação dos Aposentados e um único representante sindical.
- 191.** Ao longo de sua história o IPMC tem passado por vários problemas como compra de imóvel sem licitação, não pagamento da parte patronal da prefeitura e o perdão dessa dívida em pleno feriado da padroeira da cidade — de, alteração de legislação para resolver o problema de caixa da prefeitura e por último, no famoso pacote, a retirada de 600 milhões do fundo e parcelamento da dívida da prefeitura em 180 meses. O enfrentamento é fundamental para barrar esses ataques.
- 192.** A Prefeitura de Curitiba apresentou e aprovou na Câmara Municipal um projeto de lei que modificou a Lei Complementar nº 133, referente à previdência dos servidores e servidoras. Com a mudança, foram criados dois fundos previdenciários: o Fundo de Capitalização (ou Previdenciário), que integrará os servidores ativos admitidos no serviço público a partir de 31/12/2007 e os aposentados até 31/10/2024; e o Fundo Financeiro, que integrará os servidores ativos que entraram na Prefeitura até 31/12/2007 e os aposentados entre 01/11/2024 e a data de implantação da segregação de massa.
- 193.** A luta histórica do SISMUC é a paridade nos conselhos do IPMC e ICS.

Instituto Curitiba de Saúde - ICS

- 194.** O Instituto Curitiba de Saúde (ICS), que por muitos anos esteve ligado ao IPMC, funcionava como um plano de solidariedade fechado, ou seja, voltado exclusivamente para servidores públicos estatutários e seus dependentes.



- 195.** Com o passar do tempo e a evolução do mercado de planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde (ANS) passou a exigir a abertura do ICS, que então começou a operar como um plano de saúde convencional.
- 196.** Essa mudança abriu a possibilidade de credenciar também categorias de trabalhadores celetistas, mas o sistema de solidariedade entre os servidores foi mantido.
- 197.** Por isso, é fundamental defender e fortalecer o instituto. Isso significa ampliar o número de credenciados, expandir a área de cobertura geográfica, criar programas gratuitos para os servidores, garantir atendimento dentro do ICS sem custos para os usuários e assegurar assistência mesmo fora da cidade de Curitiba.

POLÍTICAS SOCIAIS

Lutar para garantir políticas sociais e públicas

- 198.** O movimento sindical não se limita ao corporativismo e à luta econômica imediata. Constitui-se também como sujeito político na defesa ampla da dignidade humana, da democracia e dos direitos sociais. Nesse sentido, a atuação no campo das políticas sociais e dos direitos humanos cumpre função estratégica, articulando pautas que atravessam a classe trabalhadora para além do local de trabalho, como moradia, saúde, educação, combate às opressões e garantia de direitos civis.
- 199.** Em um contexto de retirada de direitos, essa atuação torna-se ainda mais necessária, pois se apresenta como instrumento de resistência, denúncia e formulação de políticas capazes de enfrentar a precarização da vida. O momento atual é marcado por um processo contínuo de desmonte de direitos sociais historicamente conquistados, reformas que retiram direitos, cortes orçamentários e políticas públicas excludentes que atingem diretamente a população trabalhadora, sobretudo os setores mais vulnerabilizados. Diante desse cenário, o movimento sindical precisa ampliar sua atuação, incorporando a defesa dos direitos humanos como eixo estruturante de sua ação política. Não se trata de uma agenda paralela, mas de uma dimensão essencial da luta de classes na atualidade.
- 200.** Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no início de 2023, medida considerada importante para a reconstrução de políticas públicas voltadas à proteção e promoção da dignidade humana no Brasil. Além disso, o atual governo retomou e reestruturou conselhos de controle e participação social.



- 201.** No plano local, em Curitiba, esse debate ganha contornos concretos a partir de iniciativas da Câmara Municipal. Projetos que apontam para políticas de “higienização social”, como a internação involuntária de pessoas em situação de rua e usuários de substâncias, revelam uma abordagem que criminaliza a pobreza e desloca o problema social para o campo da repressão, em vez de investir em políticas públicas estruturantes de cuidado e inclusão.
- 202.** Da mesma forma, propostas de militarização das escolas públicas representam retrocessos pedagógicos e democráticos ao impor uma lógica disciplinar autoritária que não dialoga com os princípios de uma educação emancipadora. A escola deve ser espaço de formação crítica, plural e inclusiva, e não de controle social.
- 203.** Outro ponto de preocupação é a tentativa de introdução de bíblias como instrumento institucional nas escolas. Embora a liberdade religiosa seja um direito fundamental, o Estado brasileiro é laico, e a imposição de qualquer orientação religiosa no ambiente escolar fere esse princípio, além de desconsiderar a diversidade de crenças e visões de mundo presentes na sociedade.
- 204.** O primeiro desafio do movimento sindical, articulado com os movimentos sociais, é reivindicar do governo federal a garantia de financiamento adequado para políticas públicas nas áreas de saúde, educação básica e superior, assistência social, direito à cidade, direitos humanos, reforma agrária e meio ambiente, entre outras. Historicamente, a defesa do direito à diversidade sempre enfrentou grandes desafios no Brasil, situação agravada pelo avanço da extrema direita e pela disseminação de discursos de ódio contra a diversidade.
- 205.** Diante desse cenário, cabe à atuação no campo das políticas sociais e dos direitos humanos denunciar políticas de exclusão e retrocesso, articular-se com movimentos sociais, organizações populares e entidades de defesa de direitos, além de promover formação política da base sindical sobre direitos humanos e cidadania.
- 206.** Mais do que resistir, é fundamental construir um projeto de sociedade que coloque a vida acima do lucro e reconheça a centralidade dos direitos humanos como condição para uma democracia real. O movimento sindical, por meio de suas estruturas, tem o desafio de ser protagonista nessa construção, enfrentando tanto a retirada de direitos quanto iniciativas locais que aprofundam desigualdades e violências sociais. Trata-se, portanto, de uma tarefa urgente: transformar a indignação em organização e a organização em luta concreta por direitos.



Mulheres

O Serviço Público tem rosto de MULHER!

Mulheres, trabalho e resistência: a luta por dignidade e reconhecimento

- 207.** Falar sobre a realidade das mulheres no mundo do trabalho é essencial para compreender as raízes de muitas das violências, sofrimentos e adoecimentos que atravessam suas vidas.
- 208.** A centralidade do trabalho na vida das mulheres vai muito além da garantia de sustento. O trabalho também é espaço de busca por autonomia, reconhecimento, identidade e pertencimento social. É onde se constroem sentidos de vida, vínculos e realização, mas também, infelizmente, onde muitas mulheres enfrentam sobrecarga, silenciamento e exploração.
- 209.** Historicamente, a inserção das mulheres no trabalho formal foi marcada por profundas desigualdades. Durante muito tempo, a mulher foi vista como “ajudante” ou mão de obra complementar e, ainda hoje, está majoritariamente concentrada nos postos mais precarizados, mal remunerados, com baixa estabilidade e pouca valorização.
- 210.** Além disso, segue recaindo sobre as mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela economia do cuidado: o trabalho doméstico e de cuidado com filhos, idosos, pessoas adoecidas ou com deficiência, realizado sem remuneração, reconhecimento e frequentemente invisibilizado, apesar de sustentar toda a estrutura social e econômica. Ainda assim, essa sobrecarga raramente é considerada pelas instituições patronais na avaliação das condições reais de trabalho.
- 211.** É preciso diferenciar aquilo que se convencionou chamar de dupla jornada: o trabalho profissional remunerado somado ao trabalho invisível e não remunerado realizado no espaço doméstico. Em muitos casos, essa jornada se transforma em



múltiplos turnos entre trabalho formal, informal e responsabilidades familiares. Esse acúmulo permanente compromete o descanso, o lazer, o autocuidado e a saúde física e mental das mulheres trabalhadoras.

- 212.** A exaustão crônica, a síndrome de burnout, os transtornos de ansiedade e depressão, os distúrbios do sono, as dores físicas constantes e outras doenças psicossomáticas são sintomas frequentes entre mulheres trabalhadoras, embora muitas vezes não sejam reconhecidos como consequência direta das condições, processos e ambientes de trabalho.
- 213.** No ambiente profissional, somam-se ainda diferentes formas de violência de gênero, como assédio sexual e moral, desqualificação de competências, exclusão dos espaços de decisão, vigilância sobre os corpos, interrupções constantes da fala, apropriação de ideias e discriminação nos processos de ascensão profissional. Situações como o “mansplaining”, quando homens explicam às mulheres aquilo que elas já dominam, ou a apropriação de ideias femininas por colegas homens, são expressões cotidianas do machismo estrutural ainda presente nos espaços de trabalho.
- 214.** Quando observamos o serviço público, espaço em que atuam milhares de mulheres, evidenciam-se também os efeitos perversos do modelo gerencialista neoliberal: metas inalcançáveis, escassez de pessoal, jornadas exaustivas, terceirizações, planos de carreira competitivos e chefias despreparadas. Essa combinação produz uma violência organizacional sistêmica, expressa no assédio laboral e no adoecimento coletivo das trabalhadoras.
- 215.** Nesse contexto, é urgente compreender o adoecimento e até mesmo a morte relacionada ao trabalho como fenômenos sociais e políticos, e não apenas como experiências individuais. A saúde das mulheres trabalhadoras precisa ser analisada a partir dos determinantes sociais, considerando as formas de morar, trabalhar e se relacionar na sociedade.
- 216.** Diante dessa realidade, o enfrentamento não pode ocorrer de forma individualizada. Sindicatos, movimentos sociais, redes de apoio e coletivos feministas desempenham papel fundamental na construção de espaços de escuta, acolhimento, formação política e mobilização por direitos.
- 217.** É nesse cenário que o SISMUC reconhece o trabalho tanto como espaço de sofrimento quanto como campo de transformação social. Compreender essa realidade é o primeiro passo para construir um modelo de sociedade em que a vida das mulheres seja valorizada em sua complexidade e dignidade.



- 218.** A construção de um novo mundo do trabalho passa pelo reconhecimento do valor do cuidado, do afeto, da solidariedade e da justiça social. E isso somente será possível por meio da força coletiva, do enfrentamento articulado e da mobilização política das mulheres trabalhadoras.
- 219.** O histórico de violência contra servidoras públicas no Brasil é marcado, sobretudo, pela predominância de violências psicológicas e morais, muitas vezes sustentadas por desigualdades de gênero e estruturas hierárquicas rígidas. Pesquisas apontam que, entre 2018 e 2023, as denúncias de assédio moral no serviço público federal cresceram significativamente, revelando a dimensão das violências vividas pelas mulheres trabalhadoras.
- 220.** Essas violências causam traumas profundos, problemas de saúde física e mental e impactos sociais duradouros. Manifestam-se de diferentes formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, configurando-se como grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos.
- 221.** A violência atinge mulheres de todas as idades, raças e classes sociais, embora afete de forma desproporcional mulheres negras, periféricas e em situação de vulnerabilidade social. Seus impactos repercutem diretamente na saúde física e mental, nas relações sociais, no trabalho, na aprendizagem e na autonomia econômica. Diversos estudos realizados em diferentes partes do mundo demonstram que um número significativo de mulheres já sofreu algum tipo de violência física, psicológica ou sexual ao menos uma vez na vida.
- 222.** A violência contra a mulher no Brasil é um fenômeno estrutural e generalizado, atravessado pelo racismo estrutural, pela desigualdade de renda e pelas múltiplas vulnerabilidades sociais.
- 223.** É nesse contexto que o SISMUC assume o compromisso de integrar a luta feminista à defesa dos direitos das mulheres, atuando de forma transversal junto aos movimentos sociais, estudantis, sindicais e coletivos feministas, fortalecendo políticas voltadas à realidade diversa e complexa das mulheres trabalhadoras.
- 224.** O Sindicato também ocupa importantes espaços institucionais e de mobilização, como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), o Comitê de Mulheres da Internacional de Serviços Públicos (CMISP) e a Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana, além de outros conselhos e movimentos sociais.
- 225.** Além disso, o SISMUC mantém atuação permanente nas redes sociais, buscando pautar temas relevantes, conscientizar a categoria e fortalecer a defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras.



226. Por meio da Lei de Acesso à Informação, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba e à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal, o SISMUC realizou uma pesquisa sobre o perfil das servidoras públicas, o que nos permite afirmar que o serviço público tem rosto de mulher. (QR Code).



227. Em 2025, realizamos a 1ª Conferência Livre de Mulheres SISMUC/SISMMAC, intitulada “Elas Cuidam, Elas se Cuidam, Elas Lideram”. Com a participação de cerca de uma centena de mulheres, elegemos representantes do serviço público municipal para participarem, em Brasília, da histórica 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, retomada após quase dez anos de interrupção desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

228. Todos os anos participamos ativamente da organização do 8 de Março, Dia Internacional de Luta pela Vida das Mulheres. Trata-se de uma data de resistência feminista, marcada pela defesa da igualdade de gênero, pelo combate ao feminicídio e, neste ano, também pela defesa da democracia, contra o imperialismo e pelo fim da escala 6x1. Nesse processo, levantamos a bandeira das servidoras públicas, cobrando melhores condições de trabalho, valorização profissional e dignidade salarial. Lutamos por todas e todos nós. Vamos às ruas porque é também delas que vem a força que nos move para seguir mobilizadas e mobilizando.

229. A luta por igualdade, respeito e valorização das mulheres servidoras públicas é permanente. Acreditamos que a construção do Coletivo de Mulheres do SISMUC



representa um exercício de esperança e organização coletiva, capaz de fortalecer uma atuação transversal entre todas as categorias, voltada à prevenção das violências e dos riscos aos quais as mulheres estão expostas, bem como à ampliação e defesa de direitos.

- 230.** A valorização da palavra e da experiência de cada mulher fortalece o coletivo como espaço democrático, de escuta, acolhimento e construção política. Coletivizar o caminho e convidar outras mulheres a somarem-se a essa luta é fundamental para ampliar a força e a organização do Mulheres SISMUC.

Juventude

- 231.** Em 2003, foi criada a Política Nacional de Juventude. Em 2005, surgiram a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa ProJovem. Esse processo marcou o início da construção de políticas públicas voltadas à juventude e do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos.
- 232.** No entanto, basta um olhar atento para as periferias para perceber os efeitos estruturais próprios de um país capitalista periférico: pobreza, exclusão social e marginalização. Essas realidades evidenciam a necessidade de ampliar políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades sociais e garantir condições dignas de vida para a juventude trabalhadora.
- 233.** No mundo do trabalho, o SISMUC precisa estar atento à construção de políticas de juventude que consigam mobilizar e atrair jovens para a organização sindical. Atualmente, o Sindicato vive um importante processo de ampliação das sindicalizações, impulsionado pela entrada de novos servidores e servidoras aprovados nos últimos concursos públicos.
- 234.** Uma das ações necessárias é incorporar pautas que dialoguem diretamente com as demandas da juventude, organizadas em três eixos estruturantes:
- a)** conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar;
 - b)** ampliação das oportunidades para que jovens consigam equilibrar formação, trabalho e vida pessoal;
 - c)** inserção ativa e digna no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e de tratamento, em conformidade com a Agenda Nacional do Trabalho Decente.
- 235.** Outra ação essencial é fortalecer a formação política da base jovem do Sindicato. Existe um discurso recorrente de que a juventude estaria apática e



distante da política. No entanto, o descrédito em relação à participação sindical e política não atinge apenas os jovens, mas também grande parte da classe trabalhadora. Esse cenário é resultado de anos de ofensiva ideológica e cultural promovida por setores econômicos, políticos e pelo monopólio dos grandes meios de comunicação, com o objetivo de desestimular a participação política e enfraquecer as organizações coletivas.

- 236.** O SISMUC integra o coletivo de jovens da ISP Brasil, iniciativa de grande importância para a formação política, o fortalecimento do sindicalismo e a construção de novas lideranças jovens entre os trabalhadores e trabalhadoras representados pela entidade.

Igualdade racial e combate ao racismo

- 237.** O racismo estrutural se reproduz no cotidiano das administrações municipais, evidenciando-se na concentração de trabalhadores negros em cargos mais precarizados, na baixa presença de pessoas negras em funções de chefia, direção e formulação de políticas públicas, na reprodução de práticas institucionais que desconsideram as especificidades da população negra e na ausência de políticas efetivas de combate ao racismo nas gestões municipais.
- 238.** Essa realidade revela que o serviço público municipal ainda reproduz as desigualdades históricas da sociedade brasileira.
- 239.** A dificuldade de parte dos servidores e servidoras municipais em se reconhecerem como negros é resultado de um longo processo histórico de apagamento e negação da identidade racial. Esse cenário enfraquece a organização coletiva e a luta por direitos.
- 240.** A aplicação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ainda enfrenta desafios para sua efetivação em Curitiba, mesmo após mais de duas décadas de sua aprovação.
- 241.** Projetos de valorização e memória, como o Percorso Afro-Curitibano, têm buscado evidenciar a presença negra na capital paranaense, enfrentando a invisibilização histórica e destacando a contribuição da população afro-curitibana para a formação da cidade.
- 242.** Curitiba possui o Conselho Municipal de Política Étnico-Racial, criado pela Lei



Municipal nº 11.833/2006, anterior inclusive ao Estatuto Nacional da Igualdade Racial. O Conselho atua na implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Ainda assim, a realidade local reflete um cenário nacional em que a aplicação da legislação encontra barreiras estruturais, como a insuficiência de formação continuada para profissionais da educação e a baixa prioridade institucional dada ao tema.

- 243.** Nos três primeiros anos após a criação da Lei 10.639/2003, Curitiba ofertou cursos de formação em parceria com o movimento negro e a Universidade Federal do Paraná. No entanto, com o passar dos anos, essas iniciativas perderam espaço, e atualmente há pouca formação voltada à implementação da referida lei.
- 244.** Outra questão importante e cada vez mais presente no serviço público é a migração.
- 245.** Os municípios estão na linha de frente do atendimento à população migrante. Muitos migrantes, especialmente negros, enfrentam barreiras no acesso aos serviços públicos, racismo e xenofobia no atendimento institucional, além de condições precárias de vida e trabalho. Defender um serviço público inclusivo implica preparar os servidores e as estruturas municipais para acolher toda a população com dignidade e respeito.
- 246.** O avanço de políticas racistas e xenofóbicas em nível internacional, como as observadas recentemente nos Estados Unidos, impacta diretamente o Brasil ao legitimar discursos de ódio, exclusão e criminalização da pobreza.
- 247.** Nos municípios, isso se reflete no aumento da violência institucional, na criminalização da população negra e periférica e na naturalização de abordagens discriminatórias.
- 248.** As políticas urbanas municipais também frequentemente promovem processos de exclusão da população negra, especialmente por meio de remoções forçadas em áreas de interesse econômico e turístico, como regiões centrais da cidade. Essas práticas configuram processos de “higienização social”, aprofundando a segregação racial e urbana.
- 249.** O serviço público municipal deve ser instrumento de transformação social e de redução das desigualdades. Para isso, é imprescindível enfrentar o racismo estrutural que atravessa suas práticas, instituições e formas de organização.
- 250.** A luta por igualdade racial é coletiva, urgente e inadiável. O movimento sindical municipal possui papel estratégico nesse processo e deve assumir o compromisso



permanente com a construção de uma sociedade antirracista, justa e verdadeiramente democrática.

Gênero e Direitos LGBTQIAPN+

- 251.** Historicamente, o Estado brasileiro não incorporou plenamente as demandas jurídicas e sociais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais identidades da população LGBTQIAPN+. Esse cenário começou a se transformar a partir dos anos 2000, tornando o Brasil referência na formulação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, especialmente no contexto da América Latina.
- 252.** Entretanto, ainda persiste no país uma cultura que apresenta a heterossexualidade como única forma legítima de exercício da sexualidade, de constituição familiar, de organização do poder e de representatividade política. A homofobia, a lesbofobia, a transfobia e outras formas de discriminação são resultado dessa estrutura marcada pelo preconceito e pela violência contra as diferentes expressões de gênero, identidade e orientação sexual.
- 253.** Essa realidade produz exclusão, silenciamento e desrespeito às múltiplas formas de expressão afetiva e sexual, configurando uma violação à diversidade humana e às liberdades fundamentais garantidas pela Organização das Nações Unidas por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também pela Constituição Federal brasileira.
- 254.** Atualmente, o SISMUC conta com duas cadeiras no Conselho Municipal de Diversidade Sexual, sendo uma ocupada diretamente pelo Sindicato e outra pela Central Única dos Trabalhadores. Como parte do fortalecimento dessa atuação, está prevista para 2026 a construção do Coletivo LGBTQIAPN+ do SISMUC.
- 255.** No movimento sindical, o desafio é universalizar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos plenos de cidadania. Para isso, é fundamental que o Sindicato esteja comprometido com a promoção dos direitos humanos, o



combate à discriminação e ao preconceito e, especificamente, com o enfrentamento à homofobia, lesbofobia, transfobia e demais formas de violência contra a população LGBTQIAPN+.

- 256.** Esse compromisso se expressa em diferentes dimensões: na formação política e no debate interno com a categoria; na defesa de direitos e políticas públicas inclusivas; e na construção de solidariedade e articulação com movimentos sociais, coletivos e organizações representativas da população LGBTQIAPN+.

Plano de Lutas Gerais:

1. Defesa do pré-sal e anulação de todos os leilões do petróleo;
2. Regulamentação das redes sociais no Brasil para combater a desinformação, o discurso de ódio e a violência digital. Democratização dos meios de comunicação, com a construção de um novo marco regulatório da mídia;
3. GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DA BASE E DA DIREÇÃO DO SISMUC EM ESPAÇOS DE DEBATE E FÓRUMS DE DISCUSSÃO REFERENTES AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.
4. Reforma agrária com distribuição de terras e acesso às políticas públicas, garantindo também a atualização do índice de produtividade e limites da propriedade da terra;
5. Lutar pela valorização da agricultura familiar, buscando ampliar a produção de alimentos saudáveis e diversificados que beneficiem a população;
6. Reforma urbana pelo direito à cidade e à moradia;
7. Auditoria das dívidas públicas;
8. Reforma tributária com taxação das grandes fortunas;
9. Demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas;
10. Revogação da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos com serviços públicos por 20 anos;
11. Garantia do pagamento retroativo do descongelamento dos quinquênios, anuênios e licença-prêmio referentes ao período pandêmico para todos os servidores, com quitação dos valores retroativos até 2022.
12. Lutar contra as terceirizações, privatizações e concessões de empresas públicas;
13. Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e fim do superávit primário;
14. Revogação da reforma trabalhista;
15. Manter o SISMUC filiado à Central Única dos Trabalhadores, como forma de somar-se à luta unificada dos trabalhadores brasileiros no enfrentamento aos governos e patrões, com independência em relação a patrões, governos e partidos



políticos, asseguradas a liberdade e a autonomia sindical em relação às demais entidades sindicais;

16. Participar da organização do ramo dos municipais por meio da CONFETAM e da FESSMUC;
17. Participar dos conselhos de controle social das políticas públicas como forma de garantir serviço público de qualidade;
18. Participar do conjunto dos movimentos sociais da sociedade civil organizada, a fim de lutar unitariamente pela garantia de direitos;
19. Lutar por um plano de cargos, carreiras e vencimentos que atenda aos interesses e expectativas dos servidores;
20. Lutar para que a administração municipal atenda a pauta dos servidores quanto ao remanejamento interno dentro e fora das secretarias de lotação;
21. Combater o assédio moral e sexual;
22. Exigir condições adequadas de trabalho;
23. Exigir a redução da jornada de trabalho;
24. Exigir valorização profissional e tratamento isonômico entre as equipes, estendendo os mesmos direitos a todos os profissionais, como jornada de 30 horas na saúde, calendário igual na educação e demais especificidades de cada secretaria;
25. Revogação da Reforma da Previdência, com o fim do desconto de 14% na aposentadoria e pensões.
26. Que as regras de concessão de licença-prêmio sejam isonômicas para todos os servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de forma igualitária entre todo o quadro funcional.
27. Pagamento imediato, com retroativo, com base na tabela do piso nacional do magistério.
28. Garantia de segurança e condições adequadas de proteção para os servidores e servidoras na execução do trabalho no serviço público.
29. Fim da escala 6x1;
30. Lutar contra as escolas cívico-militares;
31. Lutar contra a Reforma Administrativa.

